

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Parecer nº 115 de 25 de novembro de 2019.

Projeto de Lei nº 091 de 11 de novembro de 2019.

De autoria do Chefe do Poder Executivo, o projeto em epígrafe “Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com deficiência de Ubá-MG.”

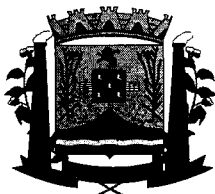
Anexada ao Projeto supracitado está a mensagem do referido projeto anunciando que o *“Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Ubá está sendo proposto como um espaço de participação democrática, para a realização de ações como o acompanhamento, monitoramento, avaliação e a fiscalização das políticas destinadas à pessoa com deficiência, por meio da articulação e diálogo com as demais instâncias de controle social e os gestores da administração pública.”*

Continua justificando que a *“participação paritária entre representantes governamentais e da sociedade civil, o novo colegiado estará vinculado à administração pública municipal por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, órgão responsável por oferecer os instrumentos necessários ao funcionamento do novo Conselho.”*

Assevera, ainda, que *“O texto base do projeto de lei tem como referência o Documento Orientador “Criação, funcionamento e Reestruturação de Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência”, editado em 2018, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE.”*

Na sequência do processo legislativo, vem a propositura à análise desta Comissão, a fim de apreciar-la nos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, conforme está previsto no artigo 48, do Regimento Interno.

Inicialmente, verifica-se estar adequada a iniciativa para a deflagração do processo legislativo, uma vez que o projeto de lei apresentado propõe a criação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

No que tange à iniciativa para legislar sobre a matéria, a Constituição da República Federativa do Brasil, através da dicção do dispositivo dos artigos 23, II, 29, XII e 30, I, II, estabelece que é competência dos Municípios, conforme enunciado do dispositivo legal abaixo descrito.

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

(...)”

“Art. 29. (...)

(...)

XII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal

“Art. 30. Compete aos Municípios:

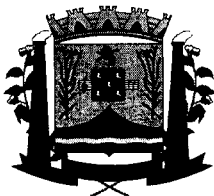
I –legislar sobre assuntos de interesse local;

II –suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Verifica-se que a proposição possui natureza legislativa, além de estar arrimada nos artigos 21, I, II e 29, II, da Lei Orgânica Municipal de Ubá. Senão vejamos:

“Art. 21 Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

II – suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber;”

“Art. 29 É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, observada a lei complementar federal, o exercício das seguintes medidas:

(...)

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;”

Verifica-se, ainda, que, consoante a Lei Orgânica Municipal, legislar sobre a matéria é competência privativa do Prefeito, senão vejamos:

“ Art. 78 Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

(...)

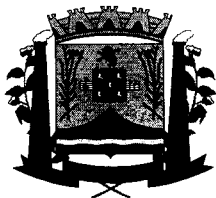
IV – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município;

(...)”.

Assim sendo, a matéria que trata sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência é de competência do Município e do Chefe do Poder Executivo, portanto, inexistem vícios no referido projeto.

Logo, diante do exposto, esta comissão manifesta-se favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 091/2019.

Ubá, 25 de novembro de 2019.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS

PRESIDENTE DA COMISSÃO

EDEIR PACHECO DA COSTA

MEMBRO DA COMISSÃO

GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS

MEMBRO DA COMISSÃO